



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 28 de maio de 2011

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre tablets depende da Dilma .....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> BRASIL E ARGENTINA MAIS PERTO DE ACORDO .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> FMI duvida de 'investimento direto' no País.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> MÍRIAM LEITÃO .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> BRASIL E ARGENTINA LIBERARÃO US\$ 40 MILHÕES EM ITENS .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> CONVIVÊNCIA COM O CÂMBIO VALORIZADO .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> O verdadeiro debate não é a MP dos tablets .....	9
COLUMNAS VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> Segmento de termoplástico cresceu abaixo da média nacional no Amazonas .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <b>AMAZONAS</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre tablets depende da Dilma</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Mesmo com a promessa durante a campanha da presidente Dilma de prorrogar os incentivos fiscais da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, o **Governo Federal** retirou as vantagens comparativas de produzir o produto no **PIM**

**Manaus** - O Estado do **Amazonas** só deve entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para tentar evitar os prejuízos ao Polo Industrial de **Manaus (PIM)** se não convencer a presidente Dilma Rousseff e seu **Ministério** a alterar a Medida Provisória (MP) dos tablets.

“Vamos discutir a questão técnica, mas também tem a questão política que tem de ser tratada politicamente e quem decide é ela (presidente Dilma). A palavra final é dela”, admitiu o governador Omar Aziz, aliado político do Palácio do Planalto.

Mesmo com a promessa durante a campanha da presidente Dilma de prorrogar os incentivos fiscais da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, o **Governo Federal** retirou as vantagens comparativas de produzir o produto no **PIM**, ao igualar a redução dos encargos tributários da **ZFM** aos demais Estados na **produção** dos tablets, os novos computadores em formato de prancheta com tela sensível ao toque.

Na próxima terça-feira, Omar se encontra com a presidente e também deverá conversar com ministros para apresentar as propostas que estão sendo elaboradas junto à bancada do **Amazonas**.

A estratégia é tentar convencer o **Governo Federal** a aceitar que no processo de **produção** desses produtos, alguns componentes devam ser fornecidos pelo **PIM**, como placa-mãe, displays, carregadores e placas de rede.

Na quarta-feira, o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** exterior (**Mdic**), Fernando

**PIM**entel, anunciou que para atender ao pedido da chinesa Foxconn, baterias e gabinetes nacionais não devem ser incluídos no Processo Produtivo Básico (**PPB**), o que esbarra na proposta do Governo do **Amazonas**.

#### **Foxconn**

Outros componentes do produto terão forte conteúdo nacional, adiantou o ministro, sem detalhar onde serão produzidos. A intenção do **Governo Federal** é a de oferecer condições para a Foxconn fabricar o Ipad da Apple no País. As negociações estão adiantadas entre a empresa e o governo de São Paulo para a cidade de Jundiá na **produção** final de tablets e de celulares.

Ontem, o ministro de Ciência e Tecnologia (MCT) Aloizio Mercadante, detalhou que a empresa busca implantar uma segunda planta que produzirá displays e semicondutores em uma área de cerca de 50 quilômetros quadrados, próxima de estradas e de um aeroporto internacional e que tenha grande disponibilidade de tecnologia de banda larga e energia elétrica.

“Ainda não há uma definição sobre o Estado e muito menos sobre a cidade onde será feito esse investimento”, afirmou Mercadante.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BRASIL E ARGENTINA MAIS PERTO DE ACORDO</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Representantes dos dois países voltam a se reunir na próxima quinta-feira em Brasília; nos bastidores, o clima é de conciliação Ariel Palacios e Raquel Landim - O Estado de S.Paulo Representantes de Brasil e Argentina vão se reunir na quinta-feira, 2 de junho, em Brasília para tentar novamente pôr fim a disputa comercial. Como "gesto de boa vontade", os dois lados começaram ontem a liberar a entrada de US\$ 40 milhões de cada lado em produtos na fronteira.

O governo brasileiro autorizou o ingresso de automóveis argentinos até esse limite de valor. Não havia informações concretas dos produtos que a Argentina liberou, mas a expectativa é que fosse autorizada a entrada de máquinas agrícolas.

Depois do fracasso das conversas em Buenos Aires, o clima mudou e a intenção dos dois governos é resolver a situação rapidamente. Na capital portenha, a posição argentina era de que "não iria amolecer", mas em conversas privadas entre os ministros as indicações foram diferentes.

A princípio, devem liderar novamente as conversas o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento do Brasil, Alessandro Teixeira, e o secretário da Indústria da Argentina, Eduardo Bianchi.

No entanto, a ministra argentina da Indústria, Débora Giorgi, também foi convidada a vir a Brasília e seu colega brasileiro, Fernando PIMentel, vai insistir na sua presença . Se Giorgi comparecer, é mais uma indicação de que uma solução para o problema está próxima.

O conflito entre os dois países esquentou depois que o Brasil começou a aplicar licenças não automáticas de importação para veículos. A medida atingiu em cheio a Argentina e foi vista em Buenos Aires com uma

retaliação pelas barreiras do país vizinho aos produtos brasileiros.

É provável que a solução do conflito passe por acordos de restrição "voluntária" das exportações de produtos brasileiros. Esse mecanismo já foi utilizado em outras ocasiões para solucionar embates entre os dois países, embora seja contrário ao espírito do Mercosul.

Máquinas agrícolas. A expectativa da Argentina é que pelo menos os fabricantes de máquinas agrícolas concordem com o estabelecimento de cotas. Nesse setor, o governo Kirchner alega existir um déficit de US\$ 450 milhões com o Brasil.

O caso das máquinas agrícolas foi citado há duas semanas por Giorgi por carta e telefone a PIMentel. No início desta semana o assunto veio à tona novamente no encontro entre Bianchi e Teixeira. "A Argentina está esperando que o Brasil dê uma resposta sobre a proposta feita na terça-feira passada", disseram porta-vozes do lado argentino.

Os porta-vozes afirmam que a ministra está "otimista", já que as negociações "prosperarão", pois existe "boa vontade em ambos países". Na prática, a alfândega argentina tornou-se uma verdadeira trincheira que impede a entrada de máquinas agrícolas brasileiras. Segundo Dante Sica, ex-secretário de Indústria e diretor da consultoria portenha Abeceb, "desde o início deste ano não entram tratores ou colheitadeiras na Argentina".

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>FMI duvida de 'investimento direto' no País</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O economista-chefe do FMI, Olivier Blanchard, disse que, em sua opinião, há "números suspeitos" do investimento direto no Brasil. Para ele, parece ser uma forma de driblar a taxaço que incide sobre operaçoes no **mercado** financeiro.

IOF pode estar sendo driblado, diz FMI

Para economista-chefe do Fundo, alta de investimento estrangeiro direto no **Brasil** é "suspeita", e pode disfarçar outros tipos de fluxo

Fernando Dantas e Fabio Graner - O Estado de S.Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) engrossou o grupo que suspeita que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) esteja sendo utilizado como instrumento para os investidores estrangeiros driblarem a taxaço sobre o ingresso de capitais no Brasil. E indicou que o governo brasileiro poderá tentar, de alguma forma, estender os controles de capital a essa modalidade.

"Para mim, (há) números suspeitos do IED (investimento estrangeiro direto)", disse ontem Olivier Blanchard, economista-chefe e diretor do Departamento de Pesquisa do FMI, em seminário no Rio. Ele observou que "o IED está crescendo e, por coincidência, é excluído do imposto; espero que seja IED de verdade, mas talvez não seja; então o meu palpite é que o próximo passo será o de estender a rede (de taxaço) e incluir alguma forma de IED, talvez até todo o IED".

O IED é normalmente isento de impostos ou medidas de controle de capital, por ser considerado o melhor tipo de fluxo, já que é aplicado no setor produtivo e tipicamente vem para o longo prazo.

Blanchard, que se mostrou favorável aos controles de capital, comentou ainda, sobre a possibilidade de o **Brasil** estender os controles de capital ao IED, que

"nunca diga nunca. Nós veremos, eu acho que eles vão distinguir entre várias formas de IED". Para ele, é preciso "tentar adivinhar o que será que os caras (do setor) privado do outro lado, que são muito inteligente, vão fazer, e estar preparado".

A preocupação mostrada pelo FMI também ocorre no **Ministério** da Fazenda, como revelou a Agência Estado em março. O governo vem acompanhando com atenção o ingresso de **dólares** por meio de IED, que não tem incidência do IOF, com a suspeita de que esse dinheiro poderia estar entrando para operaçoes no **mercado** financeiro, especialmente de renda fixa, o que caracterizaria fraude fiscal e cambial.

Sem indícios. Essa inquietaço do governo, que também é compartilhada por alguns integrantes do **mercado** financeiro, surgiu por causa do forte fluxo nessa rubrica no início do ano. De janeiro a abril, o saldo de IED foi de US\$ 22,98 bilhões, acumulando em 12 meses o saldo de US\$ 63,68 bilhões. Anteontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou uma nova projeço para o indicador este ano: US\$ 65 bilhões, volume bem acima dos US\$ 55 bilhões atualmente projetados pelo BC.

Procurado após as declaraçoes do economista-chefe do FMI, o Banco Central disse não ver indícios de irregularidades nos ingressos de IED. A autoridade monetária argumenta que o IED está sujeito a um registro específico, que serve de referência para as empresas depois fazerem remessas de lucros e dividendos ao exterior.

O BC entende que o registro feito no IED é bastante consistente, com base não só em uma declaração, mas também em um contrato de câmbio. Além disso, o BC trabalha com um cadastro prévio de empresas investidoras e receptoras dos recursos. Como a maior parte desse tipo de operaço tem valores

superiores a US\$ 10 milhões, são mais fáceis de serem acompanhadas.

Ainda assim, o próprio BC já reconheceu que não tem controle do que ocorre com esses recursos depois que eles entram no País. Em março, o chefe do departamento econômico do BC, Tulio Maciel, admitiu que o dinheiro entra no capital da empresa, na tesouraria, e que não há como se acompanhar como ele é utilizado. Maciel explicou também que, se a empresa quiser fazer o retorno (repatriação) do IED, basta

reverter a operação e fazer a declaração e o registro no BC.

Ou seja, se um grande investidor quiser entrar no País comprando mais de 10% das ações de uma empresa (o que já configura IED) e sair pouco tempo depois, registrando como retorno de IED, pode fazê-lo, driblando o IOF sobre capital estrangeiro incidente sobre renda fixa (6%), ações (2%) e empréstimos externos de até dois anos (6%).

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO MÍRIAM LEITÃO	
ORIGEM FIEAM	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## PANORAMA ECONÔMICO

### Trégua e risco

. Nos próximos meses haverá boas notícias em relação à inflação. Em maio, o IPCA deve ficar em 0,5% e cairá mais. Depois de ter subido 3,23% de janeiro a abril, a taxa poderá ser de apenas 1% no acumulado de junho, julho e agosto. Será o trimestre a trégua e do risco de se acreditar que tudo está resolvido. O **Ministério** da Fazenda não poderá dar a batalha por vencida.

Esse recuo será resultado de uma soma de fatores: não há reajustes programados de preços administrados, a gasolina deve cair na bomba pelo efeito da diminuição do preço do álcool, os preços dos alimentos caíram no atacado e podem diminuir nos supermercados. Mesmo assim, a inflação será maior do que no mesmo trimestre do ano passado que ficou em zero. Em 12 meses, continuará subindo. Depois do período de trégua de junho a agosto, novas pressões virão como reajustes de energia em grandes centros e as negociações salariais de categorias fortes. Como a demanda continua aquecida e foram criadas barreiras às importações em algumas áreas, a tendência das grandes empresas será de repassar para os preços aumentos nos custos trabalhistas.

A grande incógnita continua sendo o ano que vem. O BC prometeu a taxa para o centro da meta no final de 2012. A dúvida é como. No início do ano haverá um forte choque de custos na área de serviços com a elevação do salário mínimo em 14%. Se o IPCA encerrar este ano em 6,5%, no teto da meta, isso significa que o BC terá de derrubar dois pontos percentuais na taxa de inflação durante o ano que começará com essa pressão.

O economista Luis Otávio Leal, do Banco ABC Brasil, lembra que a inflação de serviços está em 8,6%. Ela é muito influenciada pelo salário mínimo.

- Nos próximos dois meses, o BC verá dois números bem diferentes: um caindo e um subindo. Ele não pode se deixar levar pelo canto da sereia. Precisa olhar para a frente tentando reduzir a inflação de serviços, porque neste patamar, ela, sozinha, terá um impacto grande no IPCA de 2012.

Nilson Teixeira, economista-chefe do Credit Suisse também se preocupa exatamente com este ponto.

"Apesar de a desaceleração da atividade contribuir para reduzir a inflação, julgamos que a forte elevação do salário mínimo em 2012 e o provável aumento da persistência inflacionária compensarão os benefícios para a inflação advindos da desaceleração da atividade.

Nesse sentido, julgamos ser baixa a probabilidade de a inflação de serviços recuar significativamente em 2012", escreveu Teixeira em relatório. Ele nos disse que acredita que a taxa anual subirá até 7% nos próximos meses e que a inflação de serviços permanecerá alta. É a mesma convicção de outros economistas ouvidos pela coluna.

Em entrevista concedida esta semana ao jornal "Valor Econômico", o ex-presidente do BC Ibrahim Eris disse que a instituição vive atualmente o teste mais duro do sistema de metas de inflação. Ele acha que o governo subestimou a pressão de demanda, um dos elementos que elevaram a taxa este ano.

O processo inflacionário vive momento bem específico. O que era sazonalidade na inflação cederá agora, mas as outras causas vão continuar. Além do mais, há problemas já contratados como a crise do álcool que é mais estrutural, tornando a oferta instável.

O governo teve um bom resultado primário nas contas públicas nos primeiros quatro meses, mas porque o

IOF e a demanda forte elevaram a arrecadação. Não cortou nos seus gastos e está reduzindo o ritmo dos investimentos; o oposto do que deveria fazer. Os juros subiram, mas como se pode ver no gráfico abaixo, comparado com a inflação dos últimos doze meses, os juros reais estão em queda apesar de o país ter uma das taxas de juros mais altas do mundo. Se a conta for feita olhando-se a expectativa de inflação, os juros

estão em alta, mas apenas se forem confirmadas as previsões de queda da inflação no ano que vem. Para isso, não pode ocorrer nenhum imprevisto ou pressão extra, o **dólar** não pode subir, o governo tem de neutralizar o impacto do salário mínimo na inflação de serviços. Há riscos pela frente. E haverá uma trégua.

É aproveitar a trégua para reforçar os esforços contra outras causas da inflação.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BRASIL E ARGENTINA LIBERARÃO US\$ 40 MILHÕES EM ITENS</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Autoridades dos dois países vão se reunir na quinta-feira

Eliane Oliveira

. BRASÍLIA. **Brasil** e Argentina decidiram ontem dar mais um passo para melhorar o **comércio** bilateral: ao longo da próxima semana, cada um dos dois países vai liberar o equivalente a US\$ 40 milhões em **mercadorias**, cujas licenças de **importação** estão pendentes nas aduanas. Os brasileiros vão agilizar o desembaraço de automóveis argentinos, e os vizinhos farão o mesmo em relação a pneus, baterias e calçados de origem brasileira.

A medida, chamada de "mais um gesto de boa vontade" pelas autoridades dos dois países, foi decidida em uma conversa telefônica entre o secretário- executivo do **Ministério do Desenvolvimento**, Alessandro

Teixeira, e o secretário da Indústria argentino, Eduardo Bianchi. Eles também acertaram uma reunião para a próxima quinta-feira, em Brasília. O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, convidou a

ministra da Indústria argentina, Debora Giorgi, a participar da reunião, mas ela ainda não deu resposta.

O impasse entre os dois principais sócios do **Mercosul** persiste desde o início de 2009, quando a Argentina, assim como outros países, tomou medidas protecionistas para defender a indústria local dos efeitos da crise financeira global. Os argentinos decidiram suspender a licença automática de **importações** de 200 itens. A demora na liberação das **mercadorias** às vezes supera os dois meses estabelecidos pela Organização Mundial do **Comércio** (OMC). Em fevereiro deste ano, a lista subiu para 600 itens. O governo brasileiro protestou, e a Argentina prometeu regularizar a situação em 60 dias. A promessa não foi cumprida e o Brasil respondeu com a mesma moeda, exigindo licença prévia nas **importações** de automóveis. Isso foi um golpe nas vendas argentinas, pois os carros lideram as **exportações** para o **mercado** brasileiro.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CONVIVÊNCIA COM O CÂMBIO VALORIZADO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para garantir um ciclo de crescimento duradouro, sem pressões inflacionárias e outros desequilíbrios que possam comprometer sua trajetória de expansão, a economia brasileira precisa aumentar progressivamente os investimentos. A formação bruta de capital fixo é atualmente estimada em 19% do Produto Interno Bruto (**PIB**), e a maioria dos economistas considera necessário que o país caminhe para a faixa de 25%, a fim de manter uma média de evolução anual da **produção** na faixa de 5%.

Como a poupança interna é insuficiente para financiar todo esse esforço de investimento adicional, o país precisa da complementação de capitais estrangeiros. E tanto melhor que este capital venha sob a forma de novos projetos e parcerias, com um efeito multiplicador sobre atividades já existentes. Por isso, criar entraves ao investimento direto estrangeiro equivaleria a um tiro no pé. O volume desses investimentos esperado para 2011 é superior a US\$ 55 bilhões, patamar recorde que supera o espetacular resultado de 2010 (US\$ 48 bilhões).

Este fluxo tem financiado, com confortável folga, o déficit em **mercado**rias e ser viços (transações correntes) no balanço de pagamentos do país. A sobra de moeda estrangeira acaba valorizando o real de uma maneira que vem provocando angústias - e problemas concretos - em vários segmentos da indústria e de outros setores, especialmente os mais voltados à **exportação** e os que competem diretamente com **importações**.

O real valorizado também estimula a remessa de lucros e dividendos, além de ser um atrativo para que turistas brasileiros gastem mais em viagens ao exterior, deslocando para fora do país uma demanda que, em tese, poderia ser canalizada para o **mercado** doméstico.

A valorização das moedas é um fenômeno comum às economias emergentes que seguem uma trajetória semelhante à brasileira - a China é exceção, pelo seu sistema de governo que mantém ainda sob o controle do Estado grande parte das operações financeiras que envolvem sua moeda - , o que tem provocado uma discussão sobre a validade ou não de se estabelecerem controles para fluxos de capitais estrangeiros.

A convite do Brasil, o Fundo Monetário Internacional promoveu esta semana no Rio seminário em torno do tema. Foi um bom momento de reflexão, mas não a ponto de surgirem soluções mágicas no debate. Pois elas não existem.

Essa reflexão vem reforçar a posição brasileira de não criar barreiras ao investimento direto de longo prazo, mas sem deixar de desencorajar, via tributação, a entrada de capitais de curto prazo que buscam oportunidades especulativas, em transações meramente financeiras.

Nesse contexto, a valorização do real é um fenômeno quase inevitável e que tende a perdurar, mesmo que as autoridades ajam para reduzir a volatilidade indesejável no câmbio. É uma realidade perante a qual todos os agentes econômicos terão de encontrar uma maneira de conviver. E a mais saudável maneira de minimizar os efeitos do câmbio valorizado é com iniciativas que reduzam o chamado custo **Brasil** e proporcionem ganhos gerais de produtividade.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA COLUNAS	
	TÍTULO <b>O verdadeiro debate não é a MP dos tablets</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Risco para o Polo Industrial de **Manaus** estão em outras ações e, principalmente, na infra-estrutura do Estado

**Manaus**, 28 de Maio de 2011

Gerson Severo Dantas

A Medida Provisória 534, que reduziu a zero a alíquota de PIS-Cofins para a **produção** de tablets (computadores portáteis de última geração) fora do Polo Industrial de **Manaus**, não significa nada no oceano de ameaças ao modelo **Zona Franca** de **Manaus**. Resoluções, portarias ministeriais, decisões do Supremo, mas principalmente falta de infra-estrutura e logística compõem o verdadeiro debate sobre o modelo.

Foi a falta de infra-estrutura que fez com que a Foxconn, gigante chinesa que produzirá tablets em Jundiá (SP), optasse por fazer o investimento de R\$ 12 bilhões longe de **Manaus**. Segundo o Ministro de Ciência e Tecnologia, Aloisio Mercadante, a empresa pedia um local com área de 50 quilômetros quadrados; logística (aeroporto e estradas próximas), banda larga de Internet e energia abundante. **Manaus** não cumpria essas exigências.

E não é só o caso da Foxconn, pois a Samsung (Galaxy) e Motorola (Zoom) produzem tablets em São Paulo, e a Semp Toshiba produz o dela (MyPad) em Ilhéus (BA). Portanto, com ou sem essa MP, o **PIM** era carta fora do baralho para este tipo de produto, um bem de informática que, como tal, tem vantagens na **produção** feita fora de **Manaus** em conformidade com a Lei de Informática desde 2000.

Outra bomba que atrapalha a competitividade do **PIM** é a de recursos humanos nos órgãos federais. A liberação de cargas no aeroporto Eduardo Gomes, por exemplo, não funciona aos sábados e domingos porque auditores fiscais estão de folga. Na China o

desembarço de **mercadorias** funciona 24 horas por dia e sete dias por semana.

Há também pegadinhas espalhadas pelo **Governo Federal**. Na quinta-feira, por exemplo, ele anunciou a disposição de dar o mesmo tratamento do tablet à **produção** de games. Se ficar restrito ao jogo em si (a máquina) complicará, por exemplo, a vida da Tec Toy, que em 2010 colocou no **mercado** 256,8 mil jogos e é uma empresa de médio porte no **PIM**.

Se essa extensão de benefício, alíquota zero de PIS-Cofins, englobar a **produção** de mídia para games, vai atingir uma gigante do setor, a japonesa Sony, que escolheu a unidade de **Manaus** para produzir o mais esperado jogo do ano, o Mortal Kombat 9 (o 1º da série em tecnologia 3D).

Em fevereiro outra pegadinha acabou com uma vantagem que o **PIM** tinha na hora de gerar créditos do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI): decisão da ministra Carmem Lúcia derrubou entendimento de que esses créditos seriam gerados em duas fases distintas. Sem o mecanismo uma indústria paulista, por exemplo, não tem vantagens tributárias ao comprar um componente produzido na **ZFM** e pode optar por comprar o mesmo em São Paulo, afetando a indústria de concentrados de refrigerante.

‘Dilma deu rabo de arraia’, análise Pauderney Avelino

“A presidente Dilma Rousseff (PT) vem aqui em público, diz que vai prorrogar a **Zona Franca**, mas depois dá um rabo de arraia em portarias, resoluções e decretos que vão tirando aos poucos nossa competitividade. É por isso que eu tenho dito que hoje é mais **importante** para o governante nomear um funcionário do terceiro, quarto escalão do **Governo Federal**, do que ter um ministro”.

Nós temos um ministro (dos Transportes, Alfredo Nascimento) que não aparece nas discussões, que não faz absolutamente nada. Um funcionário do terceiro escalão poderia nos alertar e poderíamos agir com antecedência. Do jeito que está nos vamos sempre correr atrás do prejuízo. Agora que o estrago dessa MP do Tablet está feito, só nos resta compensar com algumas ações que nos permitam no futuro produzir componentes para o tablet, mesmo assim acho difícil porque o Processo Produtivo Básico estabelecido pelo governo é muito rígido.

Eu tenho pensado em diminuir a alíquota do fundo de Pesquisa e **Desenvolvimento** (P&D, previsto na Lei

de Informática) que no **Amazonas** é de 5% e nos outros Estados 4%. Se reduzir este ponto porcentual vamos ter algum ganho. Falei isso com o Omar (Aziz, governador) e ele pediu um tempo porque poderia usar esse valor para investir na UEA, construir laboratórios, expandi-la. Podemos melhorar também a relação dos créditos de IPI, enfim vamos correr atrás do prejuízo e tomar cuidado máximo agora com a Reforma Tributária, que do jeito que está será analisada apenas pelo Senado pois estão mexendo apenas em alíquotas de impostos”.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Segmento de termoplástico cresceu abaixo da média nacional no Amazonas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A indústria nacional de transformação do plástico registrou crescimento de 17% em 2010, saltando de R\$ 35 bilhões para R\$ 41 bilhões, segundo a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast).

**Manaus**, 28 de Maio de 2011

A indústria nacional de transformação do plástico registrou crescimento de 17% em 2010, saltando de R\$ 35 bilhões para R\$ 41 bilhões, segundo a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast). No entanto, no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** o desempenho foi bem menor, 13,67%. Vale ressaltar que esse crescimento ocorreu sobre a base bastante fraca de 2009, quando houve recuo de 11%.

O presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Polo Industrial do **Amazonas** (Aficam), Cristovão Marques, afirmou que os dados comprovam que o crescimento do setor no **Amazonas** é muito distinto do restante do País. "Isso porque as fábricas do **PIM**, como as de duas rodas, não estão comprando itens plásticos no **Amazonas** e sim de outros fornecedores".

O detalhe é que a o setor termoplástico é o terceiro que mais emprega no **PIM**. Em 2010, por exemplo, o polo empregava 9.164. Os primeiros lugares foram ocupados pelo setor de eletroeletrônico, com média mensal de 37.268, e o de duas rodas, com 17.675. A média mensal do segmento este ano é de 9.467.

Nacional

De acordo com a Abiplast, o consumo aparente (vendas internas mais **importações**) de transformados plásticos totalizou 6,2 milhões de toneladas, uma alta de 20% frente a 2009. Os setores que mais impulsionaram a demanda foram o alimentício, a construção civil e embalagens diversas.

Do total consumido no País, cerca de 10% foram supridos pelas **importações**, que continuam a crescer e pesar sobre a balança comercial do setor. Em 2010, enquanto o **mercado** importou 616 mil toneladas de transformados plásticos, as **exportações** somaram apenas 310 mil toneladas.

O resultado refletiu em um aumento do déficit da balança comercial, que passou de 189 mil toneladas para 306 mil toneladas no ano passado.

O presidente da Abiplast, José Ricardo Roriz Coelho, afirmou que a indústria tem enfrentado o alto custo das matérias-primas o que é um dos principais desafios do setor.

O faturamento deste ano deve recuar e bater os R\$ 35 bilhões como em 2009. As **importações**, no entanto, devem crescer, podendo ficar no patamar de 700 mil toneladas.